

COMUNIDADES/POPULAÇÕES TRADICIONAIS E PRODUÇÃO TEÓRICA: O QUE NOS REVELAM AS TESES E DISSERTAÇÕES EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO BRASIL *

TRADITIONAL COMMUNITIES/POPULATIONS AND THEORETICAL PRODUCTION: WHAT THESES AND DISSERTATIONS IN ENVIRONMENTAL EDUCATION IN BRAZIL REVEAL TO US

Laura del Pilar Jiménez Sánchez**
Rosa Maria Feiteiro Cavalari***

RESUMO: O atual modelo econômico neoliberal se reflete na educação ambiental com tendências hegemônicas reducionistas e individualistas. Nesse sentido é importante superar a dimensão meramente prática e voltar o olhar para reflexões teóricas. Compreender o que é pesquisado nos programas de pós-graduação, a partir das teses e dissertações defendidas faz parte da busca por evidenciar as condições teóricas de um campo e, nesse sentido, são importantes as pesquisas de natureza qualitativa do tipo “estado da arte”, como a apresentada neste artigo. No total foram vinte e nove pesquisas, sendo cinco teses e vinte e quatro dissertações, a partir das quais se analisou, por um lado, a questão da identidade, assim como a ciência *versus* saberes tradicionais, por outro o desmonte e abandono de entidades públicas, mas também a falta de acesso aos direitos básicos das comunidades, que sofrem um aumento da precarização com o cenário político atual.

Palavras-chave: Educação ambiental; Estado da arte; Comunidades tradicionais; Populações tradicionais; teses e dissertações.

ABSTRACT: The current neoliberal economic model is reflected in environmental education with hegemonic reductionist and individualistic tendencies. It is important to overcome the merely practical dimension, and turn to theoretical reflections.

* O presente artigo tem origem na dissertação de mestrado: SÁNCHEZ, L. D. P. J. Comunidades tradicionais e educação ambiental: um estudo a partir de teses e dissertações brasileiras. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Instituto de Biociências, Rio Claro, 2021.

** Mestre em Educação pela UNESP. Contato: laura.jimenez@unesp.br

*** Doutorado em Educação pela USP e estágio de pós-doutorado na Universidade do Québec (Canadá). Professora livre-docente da UNESP. Contato: r.cavalari@unesp.br

Understanding what is researched in postgraduate programs, based on the theses and dissertations, is part of the quest to highlight the theoretical conditions of a field, and in this sense, qualitative research of the “state of the art” type is important, as shown in this article. In total, there were twenty-nine studies, five theses and twenty-four dissertations, of which analyzed, on the one hand, the issue of identity, as well as science versus traditional knowledge, on the other hand, the dismantle and abandonment of public entities, but also the lack of access to basic rights at the communities, which suffer an increase in precariousness with the current political scenario.

Keywords: Environmental education; State of art; Traditional communities; Traditional populations, theses and dissertations

INTRODUÇÃO

Educar ambientalmente em qualquer lugar do mundo é um desafio. E no atual modelo econômico neoliberal a educação passou a ser uma questão de “método”, subordinando a teoria à prática e, em última instância, segundo Saviani (2005), dissolvendo a teoria na prática, tendo como objetivo principal o “como aprender”. Nesse contexto, aparecem cursos, inclusive programas de educação superior como especializações que prometem fórmulas mágicas para educar. E, quando se trata da educação ambiental, essas fórmulas geralmente aparecem como uma série de estratégias que colocam todo o peso da responsabilidade socioambiental em ações individuais.

Contudo, a crise socioambiental, que apesar do esforço de desqualificação de alguns governos não pode mais ser negada, traz consigo problemáticas muito complexas que não podem ser resolvidas com estratégias reducionistas, e, muito menos, individualistas. Nesse sentido, é fundamental buscar superar a dimensão meramente prática, e voltar o olhar para reflexões teóricas, com o intuito de fundamentar a prática de modo coerente e eficaz, buscando não reproduzir a educação ambiental hegemônica e individualista.

Nesse sentido, quando compreendemos que as consequências socioambientais não são as mesmas em todos os lugares do globo, entendendo

que “experiências em diferentes localizações são distintas e que a localização importa para o conhecimento” (ALCOFF, 2016, p. 136), existe uma série de considerações teóricas que devem ser feitas. Há de se considerar, por exemplo, as diferentes dinâmicas que influenciam a constituição das sociedades, como, no caso da América-Latina, a qual foi “inventada pelo mercantilismo, modificada pelo colonialismo, transformada pelo imperialismo e transfigurada pelo globalismo” (IANNI, 2012, p. 3).

Sendo assim, questões como a identidade de um determinado grupo social podem ser consideradas importantes ao pensar em problemáticas específicas de determinados territórios ou populações. Essas “identidades” são múltiplas e diversas, assim como nossas sociedades. Considerando que a América Latina é um espaço rico cultural e biologicamente, é propício para diversas análises e estudos relativos à essa sociobiodiversidade.

Primeiramente, em relação aos grupos denominados “comunidades/populações tradicionais” se estima que de 300 a 600 milhões de pessoas no mundo façam parte destes, sendo “responsáveis por 80 a 90 % da diversidade cultural mundial” (TOLEDO, 2001, p.3). E, no grupo de países reconhecidos como América Latina, estima-se que aproximadamente um milhão de indivíduos pertencentes a estas comunidades estejam na bacia amazônica, e 1.6 milhão nas áreas úmidas do México, além de ser cerca de 70% da população da Bolívia, 47% da Guatemala, 40% do Peru e 12% do México (TOLEDO 2001).

Nesse sentido, existem estudos que podem ser usados como base para refletir tanto sobre biodiversidade, quanto sobre diversidade cultural, e as possíveis relações. Há aproximadamente doze países que detém uma grande diversidade biológica, sendo considerados como mega-diversos”, sendo estes:

[...] Brasil, Indonésia, Colômbia, Austrália, México, Madagascar, Peru, China, Filipinas, Índia, Equador e Venezuela [...]. Desse modo, a relação entre diversidade biológica e cultural fica assim em dados globais; os doze maiores centros de diversidade cultural estão também na lista das nações mega-diversas e, reciprocamente, os países com a maior riqueza de espécies e endemismo estão também na lista dos 25 países com o número mais elevado de línguas endêmicas (TOLEDO, 2001, p. 4)

Desta forma, torna-se imprescindível investigar as relações existentes entre a temática ambiental e a diversidade de grupos que habitam os territórios historicamente. Tal investigação não deve ser realizada a partir de uma perspectiva romântica dessas culturas, no sentido do “mito do bom-selvagem” elaborado por Rousseau, mas sim buscando compreender que fazem parte de uma luta maior contra a colonização e o avanço do capitalismo. Sendo assim, é fundamental considerar alguns conceitos, como o de “epistemicídio” que, segundo Santos (2010) é a destruição dos conhecimentos próprios, ou seja, o apagamento de cosmovisões, causada pelo colonialismo europeu, e que, se soma ao imperialismo cultural, como parte da trajetória da modernidade ocidental.

Dado esse apagamento e o silenciamento dos conhecimentos e cosmovisões tradicionais, que será tratado oportunamente, grande parte dessas realidades foi se perdendo, ficando à margem da história na América-latina e, portanto, no Brasil. Dar visibilidade aos conflitos atuais que fazem parte do dia a dia destas comunidades, reivindicando o reconhecimento de seus territórios e a manutenção de suas culturas, faz parte do processo de resgate dessas histórias, marcadas pela colonização.

Segundo Pacheco e Faustino (2013, p. 78) este processo “conjugava expansão mercantil, racismo e dominação étnica”, e com o capitalismo “se reinstituiu na forma das grandes corporações nacionais e transnacionais, dos organismos multilaterais dominados pelos países do Norte que pressionam os territórios, suas populações e ecossistemas”. Assim sendo, segundo as autoras, estas comunidades fazem parte dos grupos socioambientalmente mais vulnerabilizados, considerando também o processo histórico de marginalização dos mesmos.

Uma vez que, o processo educativo é reconhecido como uma possibilidade de provocar mudanças no quadro de crise ambiental (Carvalho, 1989), poderia se estender este raciocínio para os quadros de vulnerabilidade de grupos sociais, principalmente quando estão intrinsecamente ligados à exploração direta dos ecossistemas e elementos da natureza. Neste sentido, levantar questões teóricas, sem esquecer dos contextos socioambientais dos territórios, se faz necessário para

pensar nas educações ambientais que estão tendo destaque nos âmbitos das instituições públicas, entre elas, as universidades, pois é ali que se produz uma grande quantidade de conhecimento sobre o assunto.

Compreender o que é pesquisado nos programas de pós-graduação, a partir das teses e dissertações defendidas, faz parte da busca por evidenciar as condições teóricas de um campo, e nesse sentido são importantes as pesquisas do tipo “estado da arte”.

PROCEDIMENTOS DE PESQUISA

A pesquisa desenvolvida é de natureza qualitativa, do tipo “estado da arte”. Segundo Ferreira (2002), estas pesquisas, que também podem receber a denominação de “estado do conhecimento”,

[...] parecem trazer em comum o desafio de mapear e de discutir uma certa produção acadêmica em diferentes campos do conhecimento, tentando responder que aspectos e dimensões vêm sendo destacados e privilegiados em diferentes épocas e lugares, de que formas e em que condições têm sido produzidas certas dissertações de mestrado, teses de doutorado, publicações em periódicos e comunicações em anais de congressos e de seminários (FERREIRA, 2002, p. 258)

Nesse sentido, como já citado, os estudos deste tipo também podem evidenciar as condições teóricas de um campo, no caso da presente pesquisa, da Educação Ambiental. Segundo Ferreira (2002) se trata também de pensar no que não foi feito, com base no que já foi produzido, sendo especificamente sobre teses e dissertações para esta investigação, por considerar que são relatórios completos de pesquisas dos quais derivam outras produções (MEGID NETO; CARVALHO, 2018).

O *corpus* documental do estudo foi constituído com base na busca dos documentos em três bancos de dados diferentes: o do projeto interinstitucional Earte Brasil, que até o momento da realização da pesquisa continha as teses e dissertações em Educação Ambiental no Brasil até o ano de 2016; o da Capes que

é o da plataforma Sucupira, e o da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) a partir de 2017. O primeiro banco é resultado do trabalho do projeto citado acima, formado por pesquisadoras(es) da Universidade Estadual Paulista (UNESP) Rio Claro, Universidade de São Paulo (USP) Ribeirão Preto, Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo (IFSP) Itapetininga, Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM), Universidade Federal do Paraná (UFPR) e Universidade Federal Fluminense (UFF). Cabe ressaltar que a pesquisa da qual deriva este artigo foi realizada no âmbito desse projeto.

As palavras chave para procurar os documentos foram “populações tradicionais” e “comunidades tradicionais” nos três bancos, sendo somadas às palavras “educação ambiental” no banco da Capes e no da BDTD. No total, foram selecionadas vinte e nove pesquisas, sendo cinco teses e vinte e quatro dissertações, apresentadas no Quadro 1, a seguir:

Quadro 1: *Corpus* documental final com a identificação do trabalho (ID) e referência.

ID	Referência
T1	RODRIGUES, Eliana. Moradores do Parque Nacional do Jaú, AM: espaço e cultura. 1997. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade de São Paulo, São Paulo, 1997.
T2	JESUS, Edilza Laray de. Sociodiversidade no Jaú: a ética do com-viver. 1998. Dissertação (Mestrado em Educação ambiental). Fundação Universidade do Rio Grande, Rio Grande do Sul, 1998.
T3	ALMEIDA, Henrique Luís de Paula. Indicadores de qualidade de vida instrumento para o monitoramento participativo da qualidade de vida de comunidades costeiras tradicionais: o caso da Prainha do Canto Verde, Beberibe/CE. 2002. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente). Universidade Federal de Ceará, Fortaleza- CE, 2002. Disponível em: http://repositorio.ufc.br/handle/riufc/15743
T4	FERRAZ, Maria Luiza Camargo Pinto. Educação ambiental contínua: a vida com o foco da aprendizagem o caso da escola Maria Elisbânia dos Santos - comunidade de Caetanos de Cima Assentamento Sabiaguaba –Amontada/CE. 2004. Dissertação (mestrado, em Desenvolvimento e Meio Ambiente). Universidade Federal do Ceará, Fortaleza-CE, 2004. Disponível em: http://repositorio.ufc.br/handle/riufc/16860
T5	LUSTOSA, Ana Helena Mendes. Práticas produtivas e (in) sustentabilidade: os catadores de caranguejo do Delta do Parnaíba. 2005. Dissertação (Mestrado em

	Desenvolvimento e Meio Ambiente). Universidade Federal do Piauí, Teresina- PI, 2005.
T6	KASSEBOEHMER, Ana Livia. Restrições e impactos da legislação ambiental aplicada no município de Guaraqueçaba, Paraná. 2007. Dissertação (Mestrado em Engenharia Florestal). Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2007. Disponível em: http://www.floresta.ufpr.br/pos-graduacao/defesas/pdf_ms/2007/d477_0665-M.pdf
T7	ZAPPES, Camilah Antunes. Estudo etnobiológico comparativo do conhecimento popular de pescadores em diferentes regiões do litoral brasileiro e implicações para a conservação do boto-cinza Sotalia guianensis (Van Béneden, 1864)(Cetacea, Delphinidae). 2007. Dissertação (Mestrado em Ciências Biológicas) Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2007.
T8	BAPTISTA, Cristina Paes Barreto. O uso e a percepção ambiental de áreas úmidas por uma população ribeirinha na região da Bacia Hidrográfica do Rio Taquari-Antas, Rio Grande do Sul. 2007. Dissertação (Mestrado em Biologia). Universidade do Vale do Rio do Sinos, 2007. Disponível em: http://www.repositorio.jesuita.org.br/handle/UNISINOS/2296
T9	VIANA, Iris Gomes. Rio Cuiabá: espaço de vida da comunidade de Cuiabá Mirim, pantanal mato-grossense. 2008. Dissertação (Mestrado em Ciências Ambientais). Universidade do Estado de Mato Grosso, 2008.
T10	FARIAS, Ariadne Sílvia de. A educação ambiental chega de barco na vila de pescadores da Barra do Superagui. 2009. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Estadual do Oeste do Parana, Francisco Beltrão, 2009. Disponível em: http://tede.unioeste.br/handle/tede/1166
T11	PIRRÓ, Mariana Soares de Almeida. Práticas de pesquisa de campo com comunidades tradicionais: contribuições para a gestão participativa no arquipélago de Ilhabela. 2010. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.
T12	FERREIRA, Maria Saleti Ferraz Dias. Lugar, recursos e saberes dos ribeirinhos do médio rio Cuiabá, Mato Grosso. 2010. 180 f. Tese (Doutorado em Ciências Biológicas) - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2010. Disponível em: https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/1694
T13	THIAGO, Fernando. A comunidade quilombola do Cedro, Mineiros-GO: Etnobotânica e educação ambiental. 2011. Dissertação (Mestrado em Ciências Ambientais). Universidade do Estado de Mato Grosso, Cáceres, 2011. Disponível em: http://portal.unemat.br/media/oldfiles/ppgca/docs/dissertacao_fernado.pdf
T14	PEREIRA, Bárbara Elisa. Crianças Caiçaras de Guaraqueçaba: PR Relações com a natureza. 2011, 221 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Ambiental). Universidade de São Paulo, 2011.
T15	LOUZADA, Leny Xavier. Os impactos socioambientais da implementação da reserva de desenvolvimento sustentável do Tupé na comunidade Nossa Senhora do Livramento. 2011. Dissertação (Mestrado em Serviço Social). Pontifícia Universidade Católica, Rio de Janeiro, 2011. Disponível em: http://www.dbd.puc-rio.br/pergamum/tesesabertas/0821844_2011_pretextual.pdf
T16	BARATA, Jade Prata Bueno. Educação entre alienação e emancipação: um estudo de caso do Quilombo Campinho da Independência, Parati, RJ. 2013. Dissertação (Mestrado em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social). Universidade Federal de Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

T17	CRUZ, Walcicléa Purificação da Silva. Educação e conservação da biodiversidade no contexto escolar da reserva extrativista Terra Grande Pracuúba. 2014. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal do Pará, Belém, 2014. Disponível em: http://repositorio.ufpa.br/jspui/bitstream/2011/6179/1/Dissertacao_EducacaoConse rvacaoBiodiversidade.pdf
T18	FOPPA, Carina Catiana. Comunidades tradicionais em movimento: modos de vida e educação ambiental para o desenvolvimento territorial sustentável em uma unidade de conservação marinho-costeira no litoral de Santa Catarina. 2015. Tese (Doutorado em Educação Ambiental) - Faculdade de Educação Ambiental. Universidade Federal do Rio Grande, 2015. Disponível em: http://repositorio.furg.br/handle/1/8427
T19	PEREIRA, Maria Fernanda Sales Nogueira. Turismo em comunidades na busca do desenvolvimento à escala humana em Icapuí/CE. 2015. Dissertação (Mestrado em Gestão de Negócios Turísticos). Universidade Estadual do Ceará, 2015.
T20	MARCACCI, Fernanda Abreu. Percepção das diferentes pessoas envolvidas sobre a reserva extrativista de Cassurubá, a educação ambiental realizada nesta reserva e a questão da dragagem do canal do Tomba. Dissertação (Mestrado em Gestão Social, Educação e Desenvolvimento Regional). Faculdade Vale do Cricaré, 2015.
T21	BEKER, Thoy Mondardo Damianisouza. Educação ambiental e sustentabilidade para problemas socioambientais em ambientes costeiros: um estudo de caso sobre o Farol de Santa Marta, Laguna, SC. 2018. Dissertação (Mestrado em Ciências Ambientais). Universidade do Extremo Sul Catarinense, 2018. Disponível em: https://core.ac.uk/download/pdf/297692386.pdf
T22	RIBEIRO, Ana Loudes da Silva. Educação ambiental e pertencimento: o caso da zona rural II de São Luís - MA. 2016. Dissertação (Mestrado em Educação Ambiental) - Faculdade de Educação Ambiental. Universidade Federal do Rio Grande, 2016. Disponível em: http://repositorio.furg.br/handle/1/8781
T23	SOUZA, Silvano Carmo de. Educação ambiental dialógico-crítica no Pantanal de Mato Grosso: a voz e o silêncio das pescadoras e dos pescadores tradicionais. 2017. Tese (Doutorado em Ciências Ambientais) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2017. Disponível em: https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/9021 .
T24	DIAS, Gizelle dos Santos. O processo educacional no remanescente de Quilombo Volta Miúda como forma de promover a valorização ambiental em comunidades tradicionais. 2017, 107 f. Dissertação (Mestrado em Gestão Social, Educação e Desenvolvimento Regional). Faculdade Vale do Cricaré, São Mateus, 2017. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=4665352
T25	SOUZA, Vanessa Marcondes de. Educação para permanecer no território: a luta dos povos tradicionais caiçaras da Península da Juatinga frente à expansão do capital em Paraty-RJ. Tese (Doutorado em psicossociologia de comunidades e ecologia social). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017. Disponível em:

	https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=5009164
T26	BOTELHO, Mônica de Campos Pereira. Educação Ambiental para Comunidades Rurais: reflexões e práticas . 2017. Dissertação (Mestrado em Conservação da Biodiversidade e Desenvolvimento Sustentável). Instituto de Pesquisas Ecológicas, Nazaré Paulista, 2017. Disponível em: https://escas.org.br/download/produtos-finais/bahia-15/Monica-de-Campos-Pereira-Botelho.pdf
T27	SANTOS, Kelly Polyana Pereira dos. Etnozootologia e etnoecologia na comunidade de pescadores artesanais do município de Miguel Alves, PI/Brasil . 2018. Tese (Doutorado em Desenvolvimento e Meio Ambiente). Universidade Federal do Piauí, Teresina – PI, 2017. Disponível em: https://repositorio.ufpi.br/xmlui/handle/123456789/1433
T28	SILVA-MENESES, Fernanda Vera Cruz. Conhecimento local e percepção ambiental de pescadores artesanais: uma estratégia de educação ambiental . 2018. Dissertação (Mestrado em Planejamento Ambiental). Universidade Católica do Salvador, Salvador, 2018. Disponível em: http://ri.ucsal.br:8080/jspui/bitstream/prefix/405/5/DISSERTACAOFERNANDAMENESES.pdf
T29	MANFRINATE, Rosana. Fontes do imaginário e da educação ambiental: cartografia e justiça climática nas águas e sentidos das mulheres pantaneiras, quilombolas e mariscadoras . 2018, 279 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2018. Disponível em: https://ri.ufmt.br/handle/1/1549

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados institucionais das pesquisas

A partir da leitura detalhada dos documentos completos, e à luz do referencial teórico, se fez a análise dos textos. Algumas das principais análises serão apresentadas a seguir.

O QUE NOS REVELAM AS TESES E DISSERTAÇÕES ANALISADAS

Há vários aspectos que podem ser discutidos do ponto de vista teórico e que podem contribuir tanto para o campo da educação ambiental, quanto de educações que busquem romper certa hegemonia teórico/prática. Começando pela questão da identidade, a ciência *versus* saberes tradicionais, a precarização e abandono de entidades públicas, mas também a falta de acesso aos direitos básicos das comunidades.

Primeiramente, a questão da identidade é um tema central quando se estudam as comunidades/populações tradicionais. Mas não é um debate encerrado, uma vez que, historicamente, a própria construção das identidades em diferentes lugares do mundo possui diversas perspectivas. Para Mbembe (2014) o pensamento europeu

[...] sempre teve a tendência para abordar a identidade não em termos de pertença mútua (co-pertença) a um mesmo mundo, mas antes na relação do mesmo ao mesmo, de surgimento do ser e da sua manifestação no seu ser primeiro ou ainda, no seu próprio espelho” (MBEMBE, 2014, p. 10).

Neste sentido podemos traçar um paralelo com o que Djamila Ribeiro (2017) discute em seu livro “O que é lugar de fala” quando remete à ideia da categoria de “o outro beaivoriano”. Segundo esta ideia, defendida por Simone de Beauvoir no livro “O segundo sexo”, a mulher é “o outro” do homem, pois “a mulher não é definida em si mesma, mas em relação ao homem e através do olhar do homem. Olhar este que a confina num papel de submissão que comporta significações hierarquizadas” (RIBEIRO, 2017, p. 21). Sendo assim, o homem branco é o “sujeito universal”, a referência principal, e todos os outros sujeitos serão “o outro”; segundo Grada Kilomba (2017), em última instancia as mulheres negras como sendo “o outro do outro”, por não serem homens, nem brancas.

Desta forma, podemos pensar no “sujeito universal” produtor de conhecimento científico como sendo aquele dentro da lógica da “racionalidade ocidental eurocêntrica”, e, segundo essa visão, “os outros” como sendo os sujeitos que não produzem conhecimentos científicos a não ser que se enquadrem de uma ou outra forma nessa racionalidade – mesmo que isso comprometa e limite esses conhecimentos por se ver obrigado a seguir suas normas e padrões.

Assim sendo, criam-se esforços para que esses “outros” se autovalidem, o que Gonzalez (2017) chama de “neurose cultural” ou “abnegação”, em relação ao “sujeito universal”. Um exemplo pode ser no trecho do T1 a seguir, no qual faz-se um esforço em vários momentos do texto para “validar” os conhecimentos das comunidades ao compará-los aos estudos científicos:

Aparentemente, poderia pensar-se que as plantas indicadas para picadas de cobra deveriam ser citadas no item crenças, por se tratar, supostamente, de algo subjetivo e irreal do ponto de vista farmacológico. Entretanto, algumas pesquisas recentes, provam a ação farmacológica de algumas plantas na neutralização de venenos ofídicos. (T1, p. 105)

Ou seja, mesmo com relatos de pessoas da comunidade validando o conhecimento transmitido de geração em geração, somente se tornaria válido mediante comprovação da ciência moderna.

Assim, a chamada ciência moderna é o “sujeito universal”, e os conhecimentos tradicionais são “os outros”. Mbembe (2014), define os “outros” como:

O Resto – figura, se o for, do dissemelhante, da diferença e do poder puro do negativo – constituía a manifestação por excelência da existência objectual. A África, de um modo geral, e o Negro, em particular, eram apresentados como símbolos acabados dessa vida vegetal e limitada. Figura em excesso de qualquer figura e, por tanto, fundamentalmente não figurável, o Negro, em particular, era o exemplo total deste ser-outro [...]. Hegel dizia a propósito de tais figuras, que elas eram estatuas sem linguagem nem consciência de si; entidades humanas incapazes de se despir de vez da figura animal com que estavam misturadas.[...] Essas figuras eram a marca dos povos isolados e não sociáveis, que combatiam odiosamente até a morte, se desfaziam e se destruíam como animais – uma espécie de humanidade com vida vacilante e que, ao confundir tornar-se humano com tornar-se animal, tem para si uma consciência, afinal <desprovida de universalidade> (MBEMBE, 2014, p. 29)

Todavia, a ideia de alteridade, da perspectiva colonizadora, por um lado, desde a ótica paternalista de “ajudar e proteger” tais povos, por outra, desde a ótica do “altericídio” (MBEMBE, 2014, p. 26) ou seja, sendo o outro sujeito “intrinsecamente ameaçador, do qual é preciso proteger-se, desfazer-se, ou que, simplesmente, é preciso destruir, devido a não conseguir assegurar o seu controle total” (idem, p. 26).

A partir da perspectiva apresentada por Mbembe, na qual “o outro” pode ser ameaçador à ordem estabelecida, é possível associar essa visão de “ameaça” ao modelo conservacionista presente no Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC). Uma vez que, a maioria dos tipos de Unidades de

Conservação (UC) não permite a presença das comunidades nas áreas, as populações são vistas como potencial ameaça para a biodiversidade ou mesmo para projetos a serem desenvolvidos nesses espaços.

De acordo com o T14 “a gestão ou uso dessas áreas são realizados, de modo que essas populações passam a representar um obstáculo, seja para o “progresso”, na concepção da sociedade urbana e industrial, seja para a proteção do meio ambiente” (p. 40). Para ilustrar a diversidade de tipos de UC nas quais as comunidades foco das pesquisas estão localizadas, apresentamos o Quadro 2, sendo que, as áreas que estão marcadas com asterisco (*) permitem a presença de comunidades, contudo, não necessariamente permitem o manejo dos recursos:

Quadro 2: Tipos de Unidades de Conservação identificadas, Lugar da UC, e ID da pesquisa. Legenda: APA: Área de Proteção Ambiental; PN: Parque Nacional; EE: Estação Ecológica; ARIE: Área de Relevante Interesse Ecológico; RPPN: Reserva Particular do Patrimônio Natural; RDS: Reserva de Desenvolvimento Sustentável; Resex: Reserva Extrativista.

Lugar UC	Tipo de UC	ID
Jaú /AM	Parque Nacional	T1, T2
Superagüi/ PR	Parque Nacional	T6, T10
Ilhabela/SP	Parque Estadual	T11
Guaraqueçaba (englobando a região do Superagui)/PR	APA*, PN, EE, ARIE*, RPPN*	T14
Nossa Senhora do Livramento/AM	REDES (RDS)*	T15
Serra da Bocaina/RJ	Mosaico de UC's	T16
Arquipélago do Marajó/ PA	Resex*	T17
Acaraí / SC	Parque Estadual	T18
Cassurubá/BA	Resex	T20
Farol de Santa Marta/SC	APA (demanda criação Resex)*	T21
São Luís/MA	Resex (em processo de criação)*	T22
Península da Juatinga/ RJ	APA*, Reserva Ecológica Estadual	T25
Pratigi/BA	APA*	T26
Rio Capivara/BA	APA*	T28

Fonte: Elaborada pelas autoras com base nas teses e dissertações e nas informações sobre classificação de UC segundo a Lei n.º 9.985, de 18 de julho de 2000, que institui o SNUC (Brasil, 2020).

No caso da Reserva de Nossa Senhora do Livramento, segundo a pesquisa T15, as pessoas da comunidade preferem a denominação “REDES” à oficial de RDS devido ao fato de uma tese defendida no Programa Tupé da Universidade Federal do Amazonas (UFAM) ter usado esta denominação, que após o término da pesquisa tornou-se popular dentro e fora da comunidade. Uma das justificativas para tal denominação foi a de destacar a relevância das redes de agentes sociais para a construção de uma prática ambiental nas comunidades da região.

No caso da UC do Farol de Santa Marta a população demanda a troca da categoria da UC de APA para Resex, uma vez que a primeira limita o uso dos recursos, e segundo o T21, a comunidade aponta que a segunda categoria seria mais adequada para a preservação do grupo social e seu modo de vida.

Todas as dezesseis pesquisas apresentadas no Quadro 2 fazem referência a diversos conflitos causados pela legislação das UCs, uma vez que, de uma ou outra forma, limitam e fiscalizam o uso de recursos, pois majoritariamente, as ditas legislações possuem uma visão negativa das formas de manejo do território tradicional. Segundo o T14, a comunidade da qual descende diretamente o grupo foco da pesquisa foi extinta, em parte, devido às restrições impostas pela UC criada no território que ocupavam. Porém, segundo o T15, no caso específico da “REDES”, tem uma visão positiva em relação a criação da reserva, uma vez que:

[...] as populações locais não foram removidas, como previa a categoria anterior [EE], e sim envolvidas num processo participativo que objetiva garantir a melhoria do padrão de vida local e sua participação no manejo e proteção da biodiversidade da RDS. As comunidades locais estão envolvidas nas atividades de pesquisa, extensão e manejo da unidade, ocupando uma posição estratégica nos processos de tomada de decisões. Esta é uma experiência inédita no Brasil que começa a frutificar em outras unidades de conservação. (T15, p. 43)

Segundo o T15 a área era EE, mas, devido ao fato de esta categoria não permitir populações humanas, foi alterada, e assim, nasceu a categoria de RDS, representando um avanço para as populações, uma vez que a segunda categoria permite a presença das comunidades, além do manejo dos recursos, e a primeira

não. Cabe ressaltar que, segundo o T15, essa conquista foi possível pelo envolvimento, articulação e luta das pessoas das comunidades locais, e que, neste caso, teve também a participação e envolvimento da comunidade científica como citado acima em relação à tese que contribuiu para o uso da denominação “REDES”.

De modo geral, os conflitos derivados das UC's se dão tanto entre os grupos tradicionais com as entidades do governo, quanto entre membros das próprias comunidades, impactando as dinâmicas das mesmas. Nove trabalhos: T1, T2, T3, T4, T5, T6, T15, T20, T23, apontam que as comunidades veem ineficiência na fiscalização, uma vez que o controle em relação às populações parece ser mais rígido do que com as pessoas que vem “de fora” (T6, p.65). O excerto a seguir, do T23, apresenta parte de uma entrevista de um morador da comunidade, identificado na pesquisa como “Martim Pescador”:

No que toca a ação/inação do Estado, elas/es [pecadoras/es tradicionais] apontaram que os principais problemas estão relacionados à fiscalização, ausência de políticas de fomento, assistência técnica, políticas de saúde e educação específicas para a categoria. Sinalizaram que mesmo com a presença de diversos órgãos a fiscalização é insuficiente e seletiva. Para elas/eles existe um grande número de pescadoras/es que atuam de forma irregular, especialmente, durante o período do defeso. Além disso, ainda existem agentes de Estado que atuam com truculência, desrespeitando direitos legalmente garantidos à categoria. “A fiscalização é importante para proteger os peixes, mas tinha que ser com um trabalho educativo [...] não é só colocar a farda e sair maltratando a gente aí não. Nós somos direitos, aqui não é bandido não” Martim Pescador [morador da comunidade]

Ao tratarmos desses temas com representantes dessas instituições, eles afirmaram que já tem ocorrido um esforço significativo no sentido de envolver as/os pescadoras/es em atividades educativas, bem como apontaram que têm desenvolvido atividades que objetivam aproximar os órgãos da população (T23, p. 93)

Existem diversas entidades identificadas nas teses e dissertações como sendo encarregadas desta função de fiscalização; por exemplo, de acordo com o T23:

Na região onde estas pessoas pescam, atuam de forma permanente pelo menos oito órgãos de fiscalização: Polícia Militar Ambiental, Juizado Volante Ambiental (Juvam), Secretaria Estadual de Meio Ambiente (Sema), Marinha, Exército, Polícia Federal, Grupo Especial de Fronteira (Gefron) e Instituto Chico Mendes da Biodiversidade (ICMBio). (T23, p. 168)

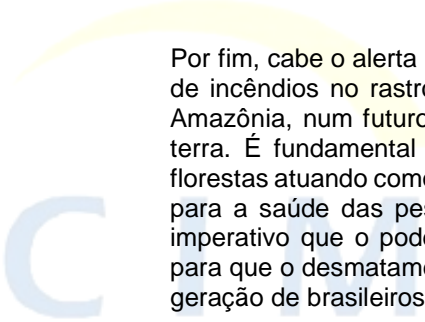
O órgão de fiscalização mais recorrentemente mencionado nas teses e dissertações é o Ibama. Apesar de sua importância, cabe ressaltar que este órgão vem sofrendo cortes em seu orçamento que podem ter repercutido em poucos espaços de formação tanto para as agentes quanto para a população, assim como poucas pessoas disponíveis para exercer uma eficiente fiscalização na extensão dos territórios. Estas são duas reivindicações que fazem parte de uma lista com outras demandas que, segundo a pesquisa T23, foi feita pelas pessoas da comunidade, pensando na melhora do processo de fiscalização, e que é apresentada a seguir:

- a) parte da fiscalização realiza tratamento diferenciado; para elas/es não há atenção devida com as/os turistas, especialmente no que diz respeito ao uso de apetrechos vedados da legislação de pesca;
- b) fiscais devem passar por um processo de treinamento (convívio com comunidades tradicionais pantaneiras), para somente depois disso ir a campo;
- c) algumas/uns fiscais são truculentos/os e devem passar por processos de formação que incluam a contextualização histórica e cultural da região onde estão trabalhando;
- d) a fiscalização é insuficiente especialmente no período noturno;
- e) o Estado deveria ampliar o quadro de servidoras/es, (T23, p. 173)

Cabe ressaltar que, nos nove trabalhos citados acima podemos observar a mesma visão relativa à deficiência na fiscalização, e foram escolhidos os excertos do T23 por serem mais representativos uma vez que é a pesquisa que mais discutiu esta questão, dando protagonismo à visão da comunidade por meio das entrevistas e atividades desenvolvidas junto à população, como por exemplo, a lista de reivindicações apresentada acima.

O contexto de precarização e o processo de desmonte citados acima, relativo aos órgãos de fiscalização, tem se agravado a partir do início do governo de Jair

Bolsonaro, que desde sua campanha eleitoral já vinha anunciando o fim das multas ambientais. A situação chegou ao ponto de extensas áreas do Pantanal e da Amazônia serem destruídas em consequência das fortes queimadas, sendo que, na “temporada de fogo”, em 2019 o Instituto de Pesquisa Ambiental (Ipam) já havia alertado para a relação entre as queimadas e o desmatamento. Segundo sua nota técnica “Os dez municípios amazônicos que mais registraram focos de incêndios foram também os que tiveram maiores taxas de desmatamento” (SILVÉRIO, et al., 2019, p. 3). De acordo com a nota as consequências para a população são, entre outras, o aumento de problemas respiratórios e a ameaça aos cultivos próprios, e encerra a nota com um alerta:



Por fim, cabe o alerta de que o cenário atual, de elevado número de focos de incêndios no rastro do desmatamento, poderá ser “lugar comum” na Amazônia, num futuro onde a floresta ceda espaço para outros usos da terra. É fundamental que se entenda que, sem grandes extensões de florestas atuando como barreira à propagação do fogo, os prejuízos futuros para a saúde das pessoas e da agricultura podem ser incalculáveis. É imperativo que o poder público e a sociedade brasileira façam esforços para que o desmatamento ilegal seja exterminado, sob o risco da próxima geração de brasileiros virar cinzas. (SILVÉRIO, et al., 2019, p. 8)

Até a data da presente pesquisa, de acordo com dados do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais – INPE (2020), desde o começo do ano os incêndios na Amazônia somados aos 26% do Pantanal que sofreu perda decorrente das queimadas, chegam a uma área de 33mil km², equivalente à soma dos Estados de Alagoas e do Distrito Federal. Como vimos, uma quantidade expressiva das comunidades tradicionais foco das produções analisadas tem seus territórios localizados nestes dois biomas. Algumas delas com a posse legal, outras em processo de legalização, mas todas, dependentes totalmente desses territórios os quais discutiremos oportunamente.

Apesar deste cenário, o Ibama anunciou a retirada das brigadas de combate a incêndios alegando “indisponibilidade financeira”. Esta é mais uma demonstração do descaso do governo Bolsonaro em relação ao meio ambiente, às comunidades

tradicionais, e às futuras gerações. Em nota a Associação Nacional dos Servidores do Meio Ambiente (Ascema) afirma:

Se o governo não repassa recursos, os servidores e os brigadistas não podem estar em campo, arriscando suas vidas sem o mínimo de suporte e garantias nem condições apropriadas de trabalho. É mais um absurdo deste governo que não prioriza recursos para prevenção e combate às queimadas, fiscalização ambiental, ciência e tecnologia, saúde, vacinação da Covid-19 e etc. Um governo que rasga dinheiro com o fim do Fundo Amazônia e agora diz que não tem recursos. (ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS SERVIDORES DE MEIO AMBIENTE, 2020)

A falta de financiamento é uma das estratégias neoliberais de redução das instituições públicas que permitem o incremento das “parcerias público-privadas”, como podemos observar no seguinte excerto do T25, que usa como referência Migueleto (2011):

[...] as UCs da região são subfinanciadas por empresários, uma vez que elas não dispõem de recursos financeiros suficientes para as ações rotineiras (Ibid.) [MIGUELETO, 2011]. Além de firmarem parcerias com o setor privado para a fiscalização da região, os órgãos ambientais acabam delegando a terceiros, de modo informal, a fiscalização das construções dentro das UCs (T25, p. 84)

De acordo com Bezerra (2008), o termo “parceria público-privada” significa a capacidade de intervenção do setor privado junto à administração pública, que passa a assumir responsabilidades que até então eram totalmente do setor público. O enfraquecimento das instituições públicas seja em relação ao aprofundamento da sua burocratização, seja por diminuição no repasse de recursos econômicos vai tornando-as ineficientes e alvo de críticas por parte da população. Nesse contexto, aparecem as empresas privadas se apresentando como uma alternativa com menos burocracia e dispendo de capital. Porém, ao administrá-las com base em seus interesses, as instituições públicas em crise se adequam as normativas ideológicas das empresas. Desta forma, o setor privado tem impulsionado as vertentes do ambientalismo que tem como foco as práticas individualistas, que são estratégias

muito distantes da luta das comunidades tradicionais pela conservação do seu território e da própria cultura.

Mas não somente as instituições encarregadas da fiscalização se encontram em situação precária para cumprir sua função. Foi possível observar que todos os trabalhos que compõem o *corpus* documental desta investigação denunciam alguma carência social, seja de acesso à água potável, ao atendimento à saúde, saneamento básico, eletricidade, acesso à educação de forma qualitativa, entre outras, o que revela o descaso por parte das diferentes instancias dos governos. A questão da educação se deve em parte ao isolamento geográfico, que dificulta a chegada de profissionais, insuficientes, para atender as escolas, quando se tem as instalações, porém, em alguns casos, as crianças precisam se deslocar pois não possuem escola na comunidade. Em relação a este problema, o T17 denuncia o cenário com o qual deparou:

[...] a Educação Escolar se apresenta ainda deficitária, precária, existindo inclusive a dificuldade do acesso básico ao direito fundamental à educação, que lhes deixam à margem dos processos educativos e do alcance da informação e do conhecimento sistematizado, frente às ameaças dos grandes interesses econômicos na apropriação dos recursos naturais, próprios do sistema capitalista, tornando-os cada vez mais vulneráveis. (T17, p. 22)

Relativo às comunidades que tem escolas, algumas não são regularizadas e, portanto, não são reconhecidas pelos Conselhos de Educação. Outra problemática relativa às escolas, segundo os trabalhos T16, T17 e T24 se deve ao fato de que o currículo escolar é distante da realidade das populações, não respeitando as especificidades de cada uma e com poucos conteúdos relativos à sua própria cultura. O excerto a seguir, do T17, é um trecho de uma entrevista feita com o Presidente do Conselho das Populações Extrativistas:

O jovem está meio desassociado do processo, porque não participou do processo histórico; a escola dele deveria ser responsável por ligar as coisas e fazer o aluno se sentir parte. Então, a Resex, daqui uns dias, para essa geração que está curuminzinha agora, não vai ter importância nenhuma, porque eles não sabem porque aconteceu. Por isso, nós temos

que ter uma educação diferenciada, onde o meu filho saiba que ele tem, hoje, uma condição de vida mais favorável por causa de toda uma luta que houve, dos que enfrentaram o sistema de governo e as situações que existiam, para poder trazer a qualidade de vida. Ele precisa se tornar parte e continuar carregando essa bandeira; senão, essa bandeira, daqui uns dias, vai deixar de existir, porque você não dá valor às coisas que você não conhece; você precisa conhecer para dar valor. [...] (Manoel Cunha, Presidente do Conselho Nacional das Populações Extrativistas - CNS apud T. 17, p. 85)

Para buscar soluções para este problema, as comunidades tradicionais da região do grupo foco da pesquisa do T16 vem organizando encontros para discutir uma “educação diferenciada” para os grupos tradicionais que participam dos mesmos, respeitando as demandas e especificidades de cada um. Essa educação também é citada como parte das reivindicações no T25. Analisando os documentos, percebemos que este tema é um tópico importante possibilitando estudos mais aprofundados, uma vez que é relativo aos sentidos da educação ambiental que se constroem nas comunidades.

Vemos que a problemática de não ter direito básico à educação, e dentro dos que tem, reivindicam uma educação própria, pode implicar em múltiplos desafios para a Educação Ambiental. Uma vez que, graças a algumas características das comunidades, encontradas por meio das análises realizadas nesta pesquisa, as populações tradicionais já têm elementos em sua cultura para uma educação ambiental própria, e que podem ser um diferencial a ser valorizado em futuras pesquisas da área da educação.

Finalmente, importante citar que, somos tributárias às ideias defendidas pelo T25 quando este afirma que

A luta dos povos tradicionais por educação é, então, parte constitutiva de uma luta maior pelo direito de reprodução dos seus modos de vida nos territórios tradicionais. Está inserida no contexto de resistência e enfrentamento à dominação social e à injustiça ambiental. (T25, p.4).

A falta de escolas próprias significa falta de espaços de socialização próprios para as crianças em suas comunidades, fator que afeta diretamente a reprodução e manutenção daquelas culturas. Segundo o T25 tal carência de escolas também é

um fator de migração. Sendo assim, este é um tema que merece atenção da comunidade acadêmica.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na urgência por abrir caminhos que levem à superação da atual crise socioambiental, surgem pesquisas que denunciam e analisam realidades de diversos grupos sociais, como é o caso de comunidades/populações tradicionais. Contudo, dado o legado histórico, tanto da constituição das nossas sociedades, quanto da construção do conhecimento científico, há várias questões levantadas na presente pesquisa que devem também ser debatidas no meio acadêmico.

No contexto político atual, dada a ascensão de governos, via processo da democracia representativa, que desprezam tanto as comunidades quanto o meio ambiente, faz-se urgente questionar os processos que nos levaram até este momento histórico. Presenciamos uma pandemia de dimensões nunca antes vistas por estas gerações, ao mesmo tempo em que vemos uma enorme destruição de áreas naturais sem precedentes. A racionalidade que nos levou até este ponto deve ser superada. As dinâmicas sociais que neste momento podem parecer que chegaram ao extremo devido ao atual contexto sanitário da Covid-19, na verdade somente foram colocadas ainda mais em evidência, porém, a partir da nossa realidade urbana e privilegiada era mais distante de ser vista, no entanto, nas comunidades tradicionais, há várias décadas, essa situação já estava insustentável.

Há que se considerar os estudos com comunidades tradicionais para superação de certas estruturas sociais e epistemológicas, dado seu potencial para enriquecer nossas visões de organização social e resistência perante a globalização, colonialidade e outros sistemas de opressão que fazem parte da estrutura do capitalismo.

Há muito a ser desconstruído e reconstruído para que o processo de diálogo de saberes seja horizontal e coletivo. Porém, não podemos desprezar os avanços da Ciência. Chegamos a números de mortes alarmantes em decorrência da Covid-

19, em parte devido ao “negacionismo” da Ciência. Sendo assim, negar a ciência, mesmo que hegemônica, seria negar muitos avanços da nossa capacidade intelectual nas mais diversas áreas. Avanços que permitiram que, tanto as pesquisas que constituem o *corpus* documental desta investigação, quanto esta pesquisa, pudessem ser realizadas.

Nesse sentido, não se trata de ignorar ou negar conhecimentos que foram construídos dentro do paradigma da ciência hegemônica ocidental, mas sim de, a partir desses conhecimentos, propor outros caminhos epistemológicos e metodológicos para se fazer ciência com e para grupos marginalizados, buscando meios de superar as crises socioambientais, em âmbito local e mundial, valorizando o potencial transformador do processo educativo.

Se faz urgente a organização da sociedade para que as comunidades tenham acesso aos direitos básicos de saúde e educação, e em consequência também possam ter acesso às universidades, se assim o desejarem, e produzir conhecimento científico a partir dos seus territórios e das suas vivências. Trata-se de “des-elitizar” o ambiente acadêmico, e nesse sentido, os sistemas de reservas de vagas são fundamentais, tanto na graduação quanto nos programas de pós-graduação, com respectivas políticas de permanência estudantil.

Apesar dos desafios, os primeiros passos já foram dados, tanto nas pesquisas quanto nas lutas diárias das comunidades tradicionais. Cabe a nós valorizarmos e investirmos nesses novos caminhos, tendo abertura para conhecer e compreender diferentes perspectivas para solução dos problemas socioambientais, respeitando a diversidade cultural própria da espécie humana.

REFERÊNCIAS

ALCOFF, Linda Martín. Uma epistemologia para a próxima revolução. **Sociedade e Estado**, v. 31, no 1, p. 129-143, 2016.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS SERVIDORES DE MEIO AMBIENTE (ASCEMA Nacional). Retirada de brigadistas do Prevfogo de campo. Nota publicada pela

ASCEMA Nacional em 22 de outubro de 2020. Disponível em: <http://www.ascemanacional.org.br/wp-content/uploads/2020/10/Nota-Pu%CC%81blica-RETIRADA-DE-BRIGADISTAS-DO-PREVFOGO-DE-CAMPO-1.pdf>. Acesso em: 22 out. 2020

BEZERRA, Egle. **Parceria público-privada nos municípios de Brotas e Pirassununga: estratégias para a oferta do ensino?**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Instituto de Biociências, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Rio Claro, 2008.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Lei n.º 9.985, de 18 de julho de 2000. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9985.htm

CARVALHO, Luiz Marcelo. **A temática ambiental e a escola de 1º grau**. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade de São Paulo, Faculdade de Educação, São Paulo, 1989.

FERREIRA, Norma Sandra de Almeida. As pesquisas denominadas "estado da arte". **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 23, n. 79, p. 257-272, 2002.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. **Revista Ciências Sociais Hoje**, São Paulo, 1984. Disponível em: <https://goo.gl/VFjdq>

IANNI, Octavio. Enigmas do pensamento latino-americano. **Revista de Ciências Sociais**, São Paulo, 2012.

KILOMBA, Grada. **Plantation Memories: Episodes of Everyday Racism**. Münster: Unrast Verlag, 2012. Disponível em: <https://goo.gl/w3ZbQh>

MBEMBE, Achille. **A Crítica da razão negra**. Lisboa: Antígona, 2014.

MEGID NETO, Jorge; CARVALHO, Luiz Marcelo. Pesquisas de Estado da Arte: fundamentos, características e percursos metodológicos. In: ESCHENGAGEN, M. L.; CUARTAS, G. V.; MALDONADO, C. **La Producción de Conocimiento en la Universidad: Metodologías y Políticas de Investigación**. Medellín: Editora de la Universidad de Antioquia, 2018.

PACHECO, Tania; FAUSTINO, Cristiane. A iniludível e desumana prevalência do racismo ambiental nos conflitos do mapa. In: PACHECO, Tania. **Injustiça ambiental e saúde no Brasil: o mapa de conflitos**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2013.

RIBEIRO, Djamila. **Lugar de fala**. São Paulo: Pólen, 2019.

SANTOS, Buenaventura de Sousa. **Descolonizar el saber, reinventar el poder**. Madri: Ediciones Trilce, 2010.

SAVIANI, Demerval. As concepções pedagógicas na história da educação brasileira. **Histedbr**, Campinas, 2005.

SILVÉRIO et al. **Amazônia em chamas**. Nota técnica do Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (IPAM), n.1. Brasília, ago. 2019. Disponível em: https://ipam.org.br/wp-content/uploads/2019/08/NotaTe%CC%81cnica_AmazoniaemChamas-pt.pdf. Acesso em: 27 agos 2020

TOLEDO, Victor M. Povos/comunidades tradicionais e a biodiversidade. In: LEVIN, S. et al. (eds.) **Encyclopedia of Biodiversity**. Londres: Academic Press, 2001.

Recebido em: 30/03/2022

Aprovado em: 10/07/2022

CADERNOS
C I M E A C